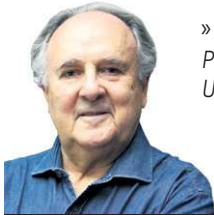


Alfabetização para a contemporaneidade



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Por muitos anos, prevaleceu a ideia de que o analfabetismo consistia em não saber soletrar uma palavra. Faz algum tempo, usa-se o conceito de analfabetismo funcional para quem sabe decifrar as letras, mas não compreende um texto mais complexo. A realidade atual revela outro tipo de analfabeto: aquele que sabe ler, inclusive textos, mas não está preparado para entender e participar do mundo contemporâneo. O analfabetismo é uma forma de escravidão, não apenas ao impedir a leitura de um texto, mas também quando dificulta a compreensão e participação profissional, política e cultural no mundo. Além de outros fatores, causa determinante da estagnação e da concentração da renda nacional está no analfabetismo dos conhecimentos necessários para elevar a produtividade e a eficiência de nossa população em todos os setores da economia.

O primeiro analfabetismo a ser superado é o da proficiência escrita e falada da língua nacional. O Brasil não ingressa na contemporaneidade com 10 milhões de adultos sem saber ler nem escrever, incapazes de reconhecer a própria bandeira nacional, e com 50 ou

60 milhões que conseguem ler “Ordem e Progresso”, mas não sabem escrever ou analisar e interpretar corretamente um texto longo, peça literária ou manual de produção ou uso. Ao falar, não dispõe de oratória suficiente para passar uma ideia ou submeter-se a uma entrevista de emprego.

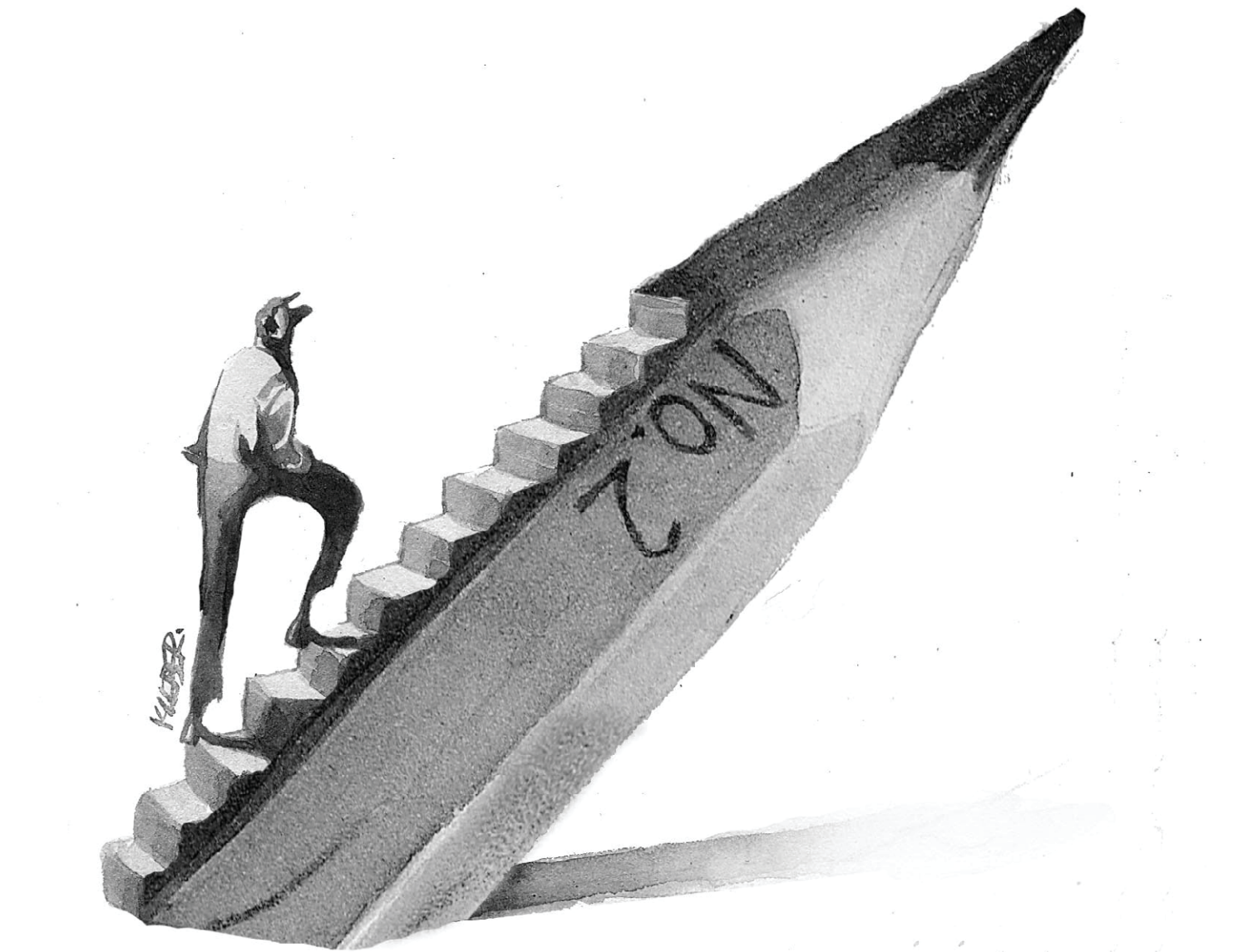
A alfabetização para o mundo contemporâneo deve oferecer a cada brasileiro os fundamentos da matemática, as bases das ciências, além de história, geografia e gosto pelas artes e literatura; oferecer consciência política e compromisso para participar dos destinos da nação. O alfabetizado para a contemporaneidade precisa ter visão do mundo global atual, compreender os desafios do país e do mundo. Perceber os limites do crescimento econômico e que o PIB deixou de ser o único indicador de progresso, pois a riqueza precisa ser sustentável ecologicamente e socialmente justa.

No mundo atual, para o conhecimento ser efetivo, é necessário formar a solidariedade entre os seres humanos e destes com a natureza. Quem não percebe a interdependência entre cada ser humano é um analfabeto social. O analfabetismo do individualismo impede a eficiência da política, barra a sustentabilidade e termina promovendo o suicídio da democracia, da justiça e do equilíbrio ecológico. Uma forma de analfabetismo diante do mundo moderno é não falar e escrever ao menos um idioma estrangeiro. Sem isso, torna-se difícil conhecer, acompanhar e participar do mundo, é praticamente inviável cursar um ensino superior de qualidade.

Outro componente do analfabetismo contemporâneo é a ausência de habilidades técnicas para o exercício de um ofício profissional. Todo jovem deve concluir sua educação de base com uma profissão que lhe assegure emprego e renda, de forma que o ensino superior seja para realizar um desejo vocacional, e não para preencher o vazio deixado por ciclos básicos sem qualidade suficiente. A alfabetização plena para a contemporaneidade requer preparar cada aluno para ser capaz de usar com destreza os modernos equipamentos digitais e a inteligência artificial.

O cidadão alfabetizado para a contemporaneidade não precisa necessariamente ingressar na universidade, mas, se tiver vocação e desejar cursar ensino superior, deve estar preparado para disputar vaga nos cursos mais concorridos, independentemente da renda e do endereço.

A educação de base com qualidade deve oferecer a cada brasileiro o ensinamento que lhe permita integrar-se ao mundo contemporâneo, buscar sua felicidade e contribuir para a construção de um país mais rico economicamente, mais justo e eficiente socialmente. O Brasil quase universalizou a “matrícula” nas primeiras séries do ensino fundamental, mas matrícula não é “frequência”, que não é “assistência”, nem “permanência” até o final do ensino médio, que por sua vez não é “aprendizado”, e este nem sempre alfabetiza plenamente para a contemporaneidade. Esse objetivo requer a implantação de um Sistema Nacional Único Público até o final da educação de base com alta qualidade para todos, independentemente da renda e do endereço.



Fortalecimento da indústria farmacêutica brasileira como agenda estratégica para o país



» REGINALDO ARCURI
Presidente-executivo do
Grupo FarmaBrasil

Em um país em que a indústria farmacêutica nacional investe fortemente em inovação, pesquisa e desenvolvimento, responde por 47% do mercado farmacêutico da América Latina e ocupa a 8ª posição no mercado farmacêutico mundial, uma pergunta é inevitável: por que a dependência externa brasileira ainda é tão alta? Em 2025, o país registrou deficit recorde na balança comercial de medicamentos: de US\$ 13,1 bilhões, 19% acima do ano anterior. As importações alcançaram US\$ 14,2 bilhões, aumento de 18% em relação a 2024, enquanto as exportações somaram US\$ 1,06 bilhão, com crescimento de 8% no mesmo intervalo.

Os dados do comércio exterior mostram um descompasso em relação a outros indicadores extremamente positivos do setor farmacêutico no Brasil. Em 2024, o setor farmacêutico brasileiro empregou 203 mil trabalhadores com carteira assinada e apresentou a maior remuneração média real entre os setores da indústria. No mesmo ano, o mercado farmacêutico alcançou um faturamento de R\$ 160,7 bilhões, representando um aumento de 12% em relação ao ano anterior.

Nos dois últimos anos, o setor quebrou recordes de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), indicando clara disposição em fazer novos investimentos. Apenas os associados do Grupo FarmaBrasil, que representam 12 entre os maiores laboratórios nacionais, contrataram R\$ 3,7 bilhões em empréstimos junto ao BNDES e R\$ 1,6 bilhão com a Finep. A indústria farmacêutica no Brasil já produz praticamente 70% de todos os medicamentos consumidos no país.

Mesmo com dados tão positivos, ainda há muito a ser feito para que a indústria nacional seja capaz de enfrentar os desafios da dependência externa em medicamentos de alto custo. Torna-se necessário avançar na implementação de políticas públicas coordenadas que fortaleçam a indústria local e reduzam a dependência externa.

O país tem condições de crescer e inovar, mas isso exige ampliar e aprofundar a articulação entre as políticas públicas conduzidas pelo Executivo e os investimentos das empresas nacionais, ao mesmo tempo em que o Legislativo cumpre papel fundamental na aprovação de leis que estimulem a inovação e preservem o direito à saúde da população. O desafio essencial, nesse momento, tem sido lutar contra ações na Justiça que pedem prorrogação de patentes de medicamentos, como o da semaglutida, princípio ativo do Ozempic. Depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, que proibiu a extensão do prazo de vigência das patentes para além de 20 anos, as empresas brasileiras enfrentam 70 ações de empresas que se recusam a admitir a decisão

da Corte. Embora a Justiça já tenha negado o pedido em 40 dessas ações em primeira instância, a batalha cria um ambiente de insegurança para novos investimentos e, como consequência, atrasa a entrada de produtos mais baratos no mercado tanto para a população quanto para o SUS, importante comprador de medicamentos.

O tema também se desloca para o Congresso Nacional, onde a discussão ocorre principalmente por meio do Projeto de Lei Nº 5.810/2025, que pretende retomar mecanismos inconstitucionais de prorrogação das patentes. Isso contrasta com os resultados que o INPI tem conseguido na redução do prazo de análises, mesmo em um momento de aumento dos pedidos de registros de patentes.

O contraste ganha ainda mais força em um ano de potenciais avanços em acordos comerciais, como o firmado em janeiro entre Mercosul e União Europeia, acordo este com potencial de abrir caminhos de cooperação tecnológica com empresas e centros de pesquisa europeus.

O Brasil não pode depender de um ambiente de insegurança jurídica. Isso significa estagnação, atraso e distância do objetivo de mostrar ao mundo e aos brasileiros que a indústria farmacêutica nacional é uma gigante capaz de inovar, competir globalmente e ampliar o acesso a medicamentos de qualidade produzidos no país. É preciso aprofundar o reconhecimento pelo governo e Congresso de que o setor é estratégico para o Brasil, e que avancem em marcos regulatórios e tributários que reduzam o ambiente hostil para novos investimentos, estimulem a produção nacional e contribuam para alçar o Brasil à lista dos países mais inovadores.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (litterina) // circecunha.df@dabr.com.br

Fantasmas

Não são poucos os historiadores que concordam com a máxima de que “o povo, em história, é uma porção de ninguém”. No livro *The phantom public* (O público imaginário), do jornalista Walter Lippmann, publicado em 1925 e que se firmou como uma obra clássica, esse tema volta com força total. No livro, Lippmann afirma que o público, nas democracias de massas, é não só uma ilusão, como é um mito e um fantasma. O motivo, segundo ele, é que o cidadão comum não consegue compreender a complexidade dos eventos políticos, vivendo em um “pseudo-ambiente de narrativas fabricadas”. Da mesma forma, a capacidade do público de vir a intervir diretamente na gestão pública é, para o autor, bastante questionável. “O público vê o governo como um problema técnico-administrativo, não como uma deliberação democrática constante”. Mesmo o eleitor é visto como uma espécie de espectador impotente.

Apesar da visão pessimista, o livro se tornou um pilar da teoria política e, mais incrível, parece descrever a sociedade atual, hiperconectada e, ao mesmo tempo, longe da realidade. De fato, o diagnóstico formulado por Walter Lippmann permanece inquietantemente nos dias atuais. O que parecia um alerta teórico do início do século 20 tornou-se, no século 21, uma descrição empírica do cotidiano político global. A premissa de Lippmann não é que o povo seja irrelevante, mas que sua participação efetiva é mediada por filtros que condensam complexidades em símbolos manejáveis. Em seu tempo, esses filtros eram jornais, líderes partidários e campanhas impressas; hoje, são plataformas digitais, algoritmos e máquinas de comunicação política capazes de segmentar audiências com precisão cirúrgica.

A promessa de hiperconexão ampliou o acesso à informação, mas não eliminou a assimetria cognitiva entre a complexidade dos sistemas políticos e a capacidade individual de compreendê-los em profundidade. Ao contrário, a multiplicação de estímulos e a velocidade da circulação de conteúdos intensificaram o fenômeno que Lippmann descreveu: a opinião pública formada por imagens e slogans.

Essa dinâmica não é neutra. Governos, movimentos e corporações aprenderam a operar no nível simbólico com notável eficácia. O caso da britânica Cambridge Analytica tornou-se emblemático ao revelar o potencial de microsegmentação comportamental no direcionamento de mensagens políticas. A lógica é simples e poderosa: em vez de persuadir um público homogêneo, molda-se a narrativa para perfis psicológicos específicos, reforçando predisposições e atenuando dissonâncias. O cidadão deixa de ser interpelado como participante de uma esfera pública comum e passa a ser tratado como um conjunto de traços comportamentais, suscetível a estímulos personalizados. O resultado é uma opinião pública fragmentada, na qual consensos são mais difíceis, e percepções divergentes coexistem sem diálogo efetivo.

Temos exemplos eloquentes de lideranças que exploram esse terreno simbólico. Ao falar “sem intermediários”, o líder parece reduzir a distância entre governante e governado. Na prática, porém, estabelece um circuito de mensagens de alto impacto emocional, com forte capacidade de mobilização identitária. A política torna-se espetáculo contínuo, no qual a verificação factual perde espaço para a adesão afetiva. O público, nesse cenário, oscila entre plateia e tropa, reagindo a estímulos que organizam o mundo em narrativas morais simples.

No Brasil, essa lógica encontra terreno fértil em um histórico de desconfiança institucional e desigualdades informacionais. Quando a realidade administrativa, complexa por natureza, é traduzida em enredos de fácil assimilação, a deliberação pública tende a ceder lugar à performance política. O debate sobre políticas públicas passa a ser substituído por disputas de enquadramento: quem define a narrativa, define o campo do possível. A consequência é a redução do cidadão a um papel reativo, convido a aplaudir ou rejeitar, raramente a deliberar com base em informações completas.

O “fantasma” de Lippmann não é a ausência do povo, mas sua presença esvaziada de agência substantiva. Obras posteriores aprofundaram esse diagnóstico. A tradição crítica que analisa propaganda, fabricação do consenso e economia da atenção converge para a ideia de que a esfera pública é um espaço disputado por atores com capacidades desiguais de produzir visibilidade. Em ambientes digitais, essa disputa é intensificada por métricas de engajamento que privilegiam o conteúdo mais polarizador. A arquitetura das plataformas incentiva a simplificação e a dramatização, reforçando bolhas de percepção. Assim, o pseudo-ambiente não é apenas um subproduto da mediação; ele se torna um ecossistema autônomo, com regras próprias de relevância e circulação.

Governos que dominam essa gramática simbólica conseguem governar também no plano das percepções. Políticas complexas podem ser apresentadas como soluções instantâneas; fracassos podem ser reconfigurados como vitórias narrativas; opositores podem ser reduzidos a caricaturas. O risco, como advertia Lippmann, é que a política deixe de ser um processo de deliberação informada para se tornar um teatro de representações no qual o público participa como espectador mobilizado. Isso não implica fatalismo. Onde a realidade é substituída por imagens convenientes, a cidadania torna-se um simulacro. Recuperar sua densidade é o imperativo que define o futuro das democracias.

» A frase que foi pronunciada

“Eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela tolerância. Eu não substituo a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo.”

Rui Barbosa

» História de Brasília

Dos depoimentos na Comissão de Inquérito da Novacap, a imprensa teve notícia somente do que foi feito pelo deputado Ademar da Costa Carvalho, e isso mesmo porque ele desfrutava de imunidade parlamentar. (Publicada em 15/5/1962)